

Entre o progresso e a incompletude da modernidade* Between progress and the incompleteness of modernity

Cristiana Maria de Oliveira Guimarães**

Resumo

Este artigo trata do desenvolvimento urbano de Governador Valadares, entre as décadas de 1930 e 1970, visto através dos ideais de progresso e modernidade, fundamentos do planejamento urbano à época. O argumento proposto é que o modo como esses ideais foram entendidos, e materializados no espaço urbano, foi insuficiente para a provisão de uma cidade socialmente mais justa. Ao contrário, esse processo foi acompanhado de significativas desigualdades no plano urbano, polarizadas, de um lado, pelo ideal de progresso e, de outro, pela incompletude da modernidade.

Palavras-chave: Progresso; Modernidade; Planejamento urbano.

Abstract

This article focuses on the process of urban development of Governador Valadares between the 30's and the 70's, considered from the viewpoint of the ideals of progress and modernity – principles of urban planning at that time. The proposed argument is that the way those ideals were understood and materialized in the urban space was insufficient for the development of a city endowed with social justice. On the contrary, that process was followed by relevant inequalities in the urban space, polarized by the ideal of progress on the one hand, and by the incompleteness of modernity on the other.

Key words: Progress; Modernity; Urban planning.

* Trabalho decorrente da pesquisa “Possibilidades da participação na política urbana de Governador Valadares”, realizada no âmbito do Programa Gestão do Território/NEHT/Univale.

** Arquiteta urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo, professora adjunta da Universidade Vale do Rio Doce.

Governador Valadares possui, como todos os locais, várias especificidades, entre as quais a efetivação da sua ocupação como fenômeno simultâneo à instalação da Ferrovia Vitória-Minas, no início do século XX, a presença do Serviço Especial de Saúde Pública – Sesp, na década de 1940, o rápido crescimento fermentado pelas atividades extrativistas, principalmente a madeira e a mica, e o igualmente rápido processo de estagnação econômica; e, mais recentemente, o fenômeno da migração para países estrangeiros, principalmente os EUA, e há pouco tempo, como segunda rota, Portugal. Pode-se ligar a cada uma dessas especificidades uma alternativa de planejamento urbano construída como tentativa de solução para as mazelas, em cada etapa. Cada proposta traz consigo valores próprios, suportes teóricos e metodológicos que acompanham, tanto os modelos internacionais, quanto as circunstâncias e conjunturas nacionais.

A idéia subjacente ao texto é contrária ao pensamento comum que justifica o “caos” nas cidades brasileiras pela falta de planejamento. Governador Valadares é um bom exemplo de que a história não é bem essa. A cidade foi planejada antes mesmo de ser ocupada e passou por diversos planos ao longo da sua história recente, cada qual correspondendo ao modelo vigente na época. Apesar dessa trajetória de planejamento urbano, o resultado não difere do que conhecemos como caos urbano: desigualdades, ausência de moradia para grande parte da população, falta de infra-estrutura, violência urbana, entre outros.

Em relação ao período aqui tratado, os modelos de planejamento fundavam-se no ideal de modernidade. Acreditava-se que esta possibilitaria a solução de vários males, inclusive a pobreza e as desigualdades sociais. A trajetória de Governador Valadares mostra que a modernização, assim como os benefícios do planejamento urbano, ficaram restritos a poucos, em manchas bem delimitadas no espaço urbano. Poucos são os que podem desfrutar dos seus benefícios. Muitos ainda sobrevivem em condições de pré-modernidade...

O trabalho parte de alguns pontos teóricos, descritos a seguir. Como estamos num momento diferente daquele que nos precedeu, as teorias explicativas que atenderam às necessidades vigentes não o fazem mais. Em

relação aos estudos socioespaciais, a explicação da dinâmica da cidade a partir das relações de produção e do conflito de classes tornou-se insuficiente. Grande parte das leituras sobre o urbano no Brasil foi realizada a partir da percepção do espaço como reflexo das condições de produção, principalmente a partir da abordagem proposta por Castells, que sobrepõe a produção social ao espaço. Em outras palavras, o espaço é fruto – apenas – das relações de produção. Em sentido diverso está a posição de Lefebvre, que vem sendo recuperada, depois de anos de descaso. Seguindo Lefebvre, a idéia aqui defendida é a seguinte: o espaço é sintoma e protagonista dos processos sociais. Nesse sentido, as desigualdades sociais e econômicas tanto têm seus rebatimentos no espaço urbano, como as rupturas deste reforçam as primeiras. O estudo do processo da produção espacial é um caminho para a apreensão dos processos sociais. De algum modo, é esta a expectativa deste trabalho: desvelar aspectos do processo de formação de Governador Valadares.

O sertão vira cidade...

A bacia do Rio Doce foi uma das últimas regiões ocupadas em Minas Gerais. No auge da mineração, em Minas Gerais, a Coroa Portuguesa, temerosa do contrabando através das águas do Rio Doce até o mar, no Espírito Santo, proibiu a ocupação dessa área, conhecida como “Sertões do Rio Doce”. Essa zona, coberta de majestosa mata atlântica, serviu de barreira natural ao contrabando do minério precioso, durante o período minerador. As autoridades capixabas tinham ordem expressa de prender qualquer um que chegasse ao litoral pelo Rio Doce. Nessa empreitada, os habitantes indígenas e a floresta eram aliados da Coroa Portuguesa (ESPÍNDOLA, 1999).

Entretanto, quando os veios auríferos se esgotaram, a ocupação do território tornou-se, ao contrário, interessante ao Estado. Inicia-se o processo de incentivo à ocupação dos “Sertões do Rio Doce” (ESPÍNDOLA, 2005), do qual fazem parte a “guerra ofensiva aos botocudos” e os incentivos financeiros e fiscais aos interessados em se fixar na região. Entre as medidas tomadas, ofereciam-se isenção de pagamento de dízimos por dez anos e moratória

de seis anos aos devedores da Fazenda Real, além da liberação de taxas de importação e exportação dos produtos comercializados através do Rio Doce. Aos fazendeiros que para lá se deslocassem também era facultado o uso do trabalho indígena. Apesar das vantagens oferecidas, poucos foram os que se aventuraram a adentrar aquela fronteira da Capitania. Após a Independência do país, D. Pedro I ofereceu outras vantagens para estimular a colonização da região. Embora a suspensão do regime sesmarial date de 1822, um documento de 1824 indica que estava facultada a concessão de sesmarias a todos os que, até 1836, se dirigissem para a região do Rio Doce e ali se dispusessem a cultivar a terra e a comercializar seus produtos (BORGES, 1988). Entretanto, essas iniciativas não alcançaram os resultados pretendidos. Apenas na segunda metade do século XIX, Figueira, posteriormente Governador Valadares, transforma-se em entreposto comercial de envergadura considerável. O Rio Doce, navegável do povoado até a foz, possibilitou sua consolidação como porto de canoas e troca de mercadorias (SIMAN, 1988).

Nos primeiros anos da República, a região recebe um grande contingente de migrantes, em virtude da construção da ferrovia Vitória-Minas, então chamada Vitória-Diamantina. Entre 1904 e 1907, a movimentação de seus trilhos encontrava-se próxima de Figueira do Rio Doce, então distrito do município de Peçanha. A instalação da ferrovia e a inauguração, em 1910, da estação ferroviária de Figueira trouxeram efeitos significativos, como a consolidação da sua posição de entreposto comercial, a vinda de migrantes da própria região do Rio Doce, do Espírito Santo, da Bahia e de alguns estrangeiros de nacionalidade italiana, espanhola e siríaca,¹ e o aumento da importância econômica da cultura do café e da extração de madeira para a região (SIMAN, 1988).

As preocupações com a ocupação e o desenvolvimento do Sertão do

¹ A construção da estrada de ferro é um dos fatores relacionados à “tradição migratória”. Em um primeiro momento, a região recebia imigrantes; a partir da década de 1960, passou a exportar mão-de-obra. Hoje essa é uma de suas características distintivas; seus aspectos positivos e negativos estão sendo recentemente estudados (SIQUEIRA, 2006).

Rio Doce foram acompanhadas pelo interesse oficial² em “organizar e planejar” espacialmente esse desenvolvimento. A partir da decisão de Peçanha, foi elaborada a planta topográfica que deu origem ao atual traçado urbano (FIG. 1), pelo agrimensor Olympio Freitas Caldas, entre 1915 e 1920 (CARNEIRO, 2006; FONSECA, 198-[?]). O resultado foi um traçado marcado pela racionalidade e regularidade, como mostra o relato abaixo, de 1936 (GIESBRECHT, 1936 *apud* SIMAN, 1988, p. 73):

Figueira está edificada sobre um solo muito plano, tendo suas ruas traçadas e demarcadas até 2000m de extensão. A orientação das ruas, que se cortam em ângulo reto, é Sul-Norte e Leste-Oeste. Foram projetadas 67 ruas, quase todas demarcadas, embora não em toda a extensão e divididas em 177 quarteirões. A largura das ruas é de 20m e a largura da avenida que corta todas as ruas transversais, do Sul a Norte, é de 30m. A área demarcada é de 300 hectares.

Percebe-se a escolha de princípios universais, como os eixos Norte-Sul e Leste-Oeste como definidores do traçado urbano, em vez da opção pelo local, bem marcado pela presença do rio Doce. É possível uma analogia ao traçado das cidades romanas. Era necessário aos romanos que as novas cidades, símbolos da conquista romana, não manifestassem características locais, pertinentes à sua origem. Ao contrário, o ideal era que se reportassem ao mundo do conquistador, Roma, *caput mundi*. Assim, as características particulares de cada local eram anuladas e substituídas por valores universais e eternos, como observa Sennett (1997, p. 98):

O objetivo do plano imperial [romano] era criar cidades com máxima rapidez, impondo-se à geografia no instante em que o exército conquistador se apossava dos territórios (...) o planejamento pressupunha que antes da conquista, as terras ocupadas fossem desérticas. De fato, as legiões romanas marchavam através de uma paisagem “vazia”, desconsiderando populações locais.

² Alguns autores relacionam o planejamento urbano da localidade à presença da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Um dos frutos dessa relação seria o aproveitamento de técnicos da construção da ferrovia para o desenvolvimento dos traçados urbanos e afins. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado, elaborado na década de 1970, também menciona essa relação (PMGV, 1972).

O “mundo do conquistador” em Figueira era o mundo civilizado, em negação ao passado de sertão. A localidade surge no âmbito da modernidade, como parte do ideário e da necessidade de “civilizar” os sertões. Para negar o natural, nada melhor que a sua racionalização. Desse modo, surge a cidade planejada em tabuleiro de xadrez, a partir dos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste, ignorando a existência do traçado sinuoso do rio (FIG. 1).

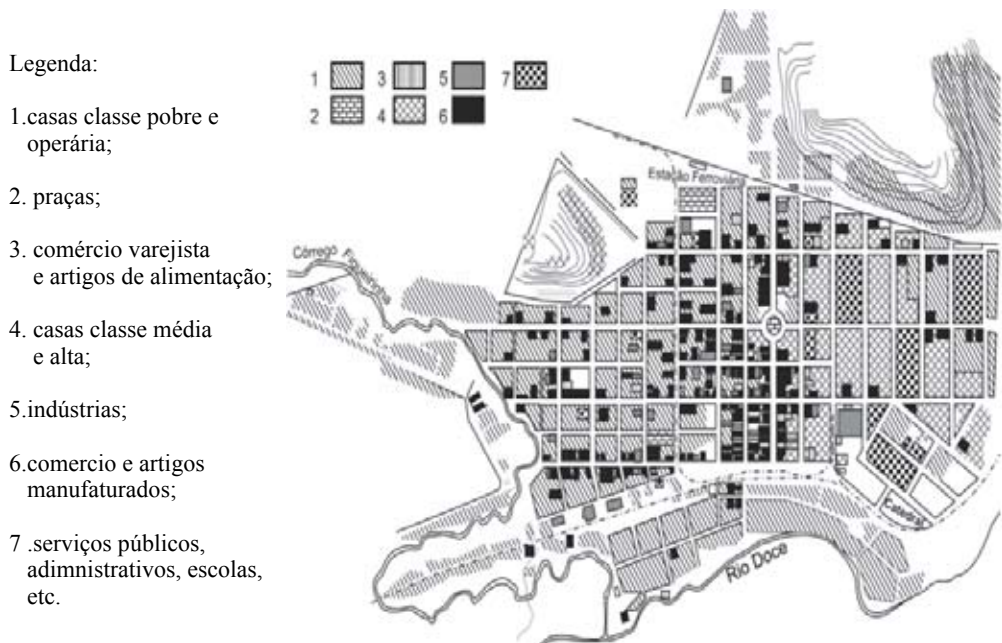


FIGURA 1 - Traçado urbano de Governador Valadares.
Fonte: Dados modificados a partir de Strauch (1958).

Simbolicamente, há uma ruptura com o Rio Doce e, de modo mais amplo, com a natureza. Até então eram esses que concediam ao lugarejo a condição de incipiente entreposto comercial, como porto de canoas. Agora, seriam outras as fontes de riqueza e abertura ao mundo: a ferrovia, as fábricas, a vida cidadina. A localidade segue, então, o ideário comum às reformas no Brasil republicano, em que o progresso é traçado em ruas e avenidas retas e largas, matemática e geometricamente calculadas.

Simultaneamente à proclamação da República, modernização e progresso conformam-se, no imaginário popular, como os caminhos através

dos quais o Brasil alcançaria o patamar dos países civilizados. A palavra de ordem é reformar – válida tanto para as velhas estruturas jurídico-políticas, quanto para o comportamento social e pequenos hábitos. As cidades deveriam espelhar imagens de modernidade e progresso, ilustrando a superação do passado colonial. Entre as várias reformas urbanas (LEME, 1999), destacam-se as do Rio de Janeiro e São Paulo e, principalmente, a construção da nova capital de Minas Gerais – Belo Horizonte. Contudo, permaneciam inalteradas as estruturas sociais de distribuição de riqueza, renda e terras. Acompanhando-as, várias heranças do passado insistiam em permanecer, como os problemas sociais advindos do fim da escravidão. Apesar de não planejados, os espelhos dessas heranças também persistiam, materializados no espaço urbano, através dos cortiços, transferidos para as periferias, das ocupações irregulares e até das invasões, que insistiam em burlar a ordem dos planos nas áreas centrais.

As referências dos projetos urbanos eram as grandes reformas das cidades européias no século XIX, como Paris e Viena. Duas questões se destacavam e se “suportavam” (uma como suporte da outra): o saneamento e a circulação. O tratamento dispensado a elas, aportado pelos ideais positivistas, era antes de tudo técnico e científico. Não importava, assim, que cortiços, modos de vida e tradições fossem destruídos em nome da limpeza e de melhores condições de salubridade. Acompanhava as obras, muitas vezes, a construção de leis urbanísticas, que tinham dupla missão, como sugere Leme (1999, p. 25): além de responder à fluidez do tráfego, atendiam ao novo modelo de cidade, constituído por ruas largas, casas alinhadas, praças e parques com desenhos predefinidos. Não é mais o acaso, mas o projeto do engenheiro que define as áreas centrais de nossas cidades.

O traçado para Figueira remete, resguardando todas as proporções, ao Plano Cerdá para o *Ensanche* de Barcelona. No caso europeu, como já conhecido, o centro antigo foi preservado, enquanto uma grande área foi planejada, através dos princípios racionais e higienistas, visando a expansão da cidade, previamente à sua efetivação. No nosso caso, o pequeníssimo centro antigo, representado principalmente pela Rua Direita, atual Prudente de

Morais, também ficou à margem na nova proposta. O tabuleiro de xadrez foi proposto além desse centro, cuja fronteira era bem definida pela presença da linha férrea (a FIG. 1 já indica a linha férrea transposta para o local que ocupa atualmente, mas o seu primeiro trajeto está representado em linha tracejada). Essa área, quando prevista, ainda desocupada, almejava atrair a modernidade e sua ocupação. Quando efetivada, se daria segundo princípios modernos, materializados na racionalidade da geometria do novo traçado urbano.

Outro aspecto relevante da planta em grelha é sua ótima adequação aos interesses do mercado imobiliário (MUMFORD, 1998, p. 456). Em Figueira, os quarteirões e os lotes, a partir do seu traçado racional, passaram a ser facilmente comercializados e contabilizados: “Ficou Serra Lima autorizado a cobrar das partes dez mil reais pela localização de cada lote requerido à Câmara Municipal de Peçanha, que os deferia de acordo com a planta oficial do patrimônio, de autoria do Dr. Olympio” (FONSECA, 198-[?], p. 38). A civilização levou a lógica capitalista ao desenvolvimento citadino e suas relações de posse de terra, tanto urbanas como rurais.

A ordem como meio e o progresso como meta significaram a superação do natural pelo racional, do espontâneo pelo científico, do orgânico pelo geométrico, do cultural pelo progressista e, conseqüentemente, do velho pelo novo (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998). Essas posições alcançam a localidade de Figueira, já transformada em Governador Valadares. Em 31 de dezembro de 1937, foi criado o município de Figueira, desmembrado de Peçanha, por ato do governador Benedito Valadares. O decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, mudou seu nome para Governador Valadares. O primeiro prefeito, o engenheiro Moacyr Palleta (1938/1943), assume, junto com a administração municipal, o ideal de modernização, intento acompanhado por seus primeiros sucessores.

Contudo, a modernidade, grande “imagem de desejo” (CASTRIOTA, 1998), estava longe de existir em sua plenitude. Além da área central estava o Torresmo, zona boêmia, da qual se dizia “tratar-se do mini-mangue carioca em plena selva, de cujo modelo assimilava os requintes da prostituição e afluxo

faroeite decorrente (FONSECA, 198-[?])”. Dividiam a periferia aqueles que não tinham lugar na área central: além da boemia, os indigentes, os primeiros posseiros, expulsos de suas terras e o que ainda era sertão.³ Presume-se então que, além da área central, não havia mais civilização...



FIGURA 2 - Vista parcial de Figueira, com a linha férrea em primeiro plano.
Fonte: Arquivos do Cedac/ Univale.

A cidade se moderniza: 1940 e 1950

Durante as primeiras décadas do século XX, a localidade sofria graves problemas de infra-estrutura urbana. A falta de abastecimento de água e esgoto, a carência de energia elétrica e iluminação e doenças como a malária eram os

³ Segundo Fonseca (198-[?]), “ladeavam o ‘Torresmo’ a capoeira densa e, pouco além, a mata virgem. Aí se caçavam pacas, cotias, macacos, jaós, maritacas, tudo em profusão, contando os arredores com a incidência da fauna de grande porte como catitús, capivaras, antas e até onças”.

mais penosos. O fantasma da malária, atrelado à existência da mica,⁴ matéria-prima estratégica, levou à criação, na década de 1940, do Serviço Especial de Saúde Pública – Sesp, resultado dos acordos de Washington, que garantiram para o Vale do Rio Doce e o do Rio Amazonas programas especiais de saneamento. É grande, apesar de ainda insuficientemente estudada, a importância do Sesp na história de Governador Valadares. Esse órgão implementou, ainda na década de 1940, os primeiros programas de saneamento e abastecimento de água na região. Antes da criação do município, em 1938, a água era vendida de porta em porta pelos carroceiros, em cartolões de ferro.

Outro grave problema era o da energia elétrica e iluminação (ESPÍNDOLA, 1999; SOARES, 1983). Depois de alguns percalços e soluções emergenciais, porém insatisfatórias, a questão foi suficientemente resolvida no governo Juscelino Kubitschek, com a criação da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce. Em 1952, Governador Valadares passou a ser servida pela Cemig, que encampou, entre outras, aquela Companhia (SOARES, 1983, p. 26).

Os melhoramentos urbanos estavam em alta, ensejando a celebração do desenvolvimento da cidade, como mostra a **Enciclopédia dos municípios brasileiros** (IBGE, 1959, p. 161):

A sede municipal, de pequeno arraial que fora até bem poucos anos antes, transformou-se rapidamente na grande cidade que é hoje, com mais de 20.000 habitantes, colocando-se desta sorte no 95º lugar entre as cidades brasileiras de maior população. (...) A cidade, bem dotada de melhoramentos urbanos, com suas extensas ruas bem alinhadas e em grande número pavimentadas a paralelepípedos, servida de boa iluminação elétrica e rede de abastecimento de água e esgoto que lhe garantem boas condições de higiene e bem-estar para os seus habitantes.

⁴ Empregada na fabricação de materiais elétricos e instrumentos de precisão, a mica era uma matéria-prima necessária à indústria bélica. Com a Segunda Guerra Mundial, a produção da mica foi ampliada consideravelmente, tornando-se um negócio altamente lucrativo. Sua produção era destinada quase exclusivamente aos EUA. Assim, esclarece-se o interesse americano em prover boas condições de saneamento em Governador Valadares e região. No caso do Vale do Rio Amazonas, o interesse análogo era a seringueira.

A cidade, finalmente, correspondia aos ideais da racionalidade, progresso e técnica, materializados em largas avenidas arborizadas, praças bem tratadas e o traçado em tabuleiro de xadrez (FIG. 3). Contudo, nem tudo eram flores nesse processo de desenvolvimento. O crescimento da cidade, nas décadas de 1940 e 1950,⁵ evidencia a oposição entre o discurso enaltecido do progresso e da racionalidade e o “rés-do-chão”. Em outras palavras, a modernidade não foi estendida a todos, como indicam os dados do IBGE (1959),⁶ nem significou uma sensível ruptura socioeconômica.

196

⁵ Governador Valadares cresceu rapidamente na década de 1940 e se destacou, nos anos 1950, como um dinâmico centro regional. Entre 1940 e 1950, a população passou de 5.734 para 20.357 habitantes e, na década seguinte, saltou para a espetacular cifra de 70.494 habitantes. A cidade se beneficiou do crescimento da economia regional, passando a exercer diversas funções: primeiro tornou-se pólo de beneficiamento e distribuição de produtos regionais (mica, pedras semipreciosas, madeira, couro, cereais etc); segundo, passou a ser um importante centro de pecuária, com um dos maiores rebanhos do Estado; terceiro, tornou-se centro comercial importante. A cidade também foi beneficiada pela sua localização no cruzamento de duas importantes vias de comunicação do Sudeste, a EFVM e a Rodovia Rio-Bahia (ESPÍNDOLA, 1999, p. 25).

⁶ Dados de 1955 mostram que, dos 6.665 prédios da sede municipal (recenseados), apenas 314 possuíam hidrômetros, outros 3.060 possuíam penas. Dos 66 logradouros públicos indicados, apenas 15 eram totalmente servidos de abastecimento de água, e 15 eram atendidos parcialmente. Somente dois eram pavimentados integralmente, enquanto 12 estavam em parte pavimentados. Em relação ao esgotamento sanitário, 15 logradouros eram servidos de despejo, e 15 de águas superficiais, contabilizando um total de 30. Não se sabe se as construções irregulares também foram recenseadas, mas, de qualquer forma, mesmo entre os dados oficiais, fica evidente uma grande defasagem entre a idéia de modernidade e progresso e a realidade do alcance da técnica.



FIGURA 3 - Vista parcial da área central, com a Praça Serra Lima, década de 1950.
Fonte: Arquivos do Cedac/Univale.

A demanda crescente por moradia e outros serviços básicos, decorrente do grande fluxo de pessoas, estimulava a expansão física da cidade. As pessoas deixavam o campo em busca de novas oportunidades na cidade, encontradas nas atividades extrativistas, da mica ou da madeira. Enquanto eram altas as taxas de crescimento da população urbana de Governador Valadares, diminuía as taxas de crescimento da população rural na região.

Iniciativas polêmicas como a do prefeito Raimundo Albergaria se fizeram notar. Através do mecanismo de aforamento e da expansão territorial em novos bairros, esse prefeito pretendeu atender à crescente demanda de lotes e moradia. “Os bairros construídos por ele foram: Nossa Senhora das Graças, São Tarcísio, Alto do Carapina, Esgoto, Lourdes, Santa Terezinha e outro que não me lembro (SOARES, 1983, p. 20)”. Para Siman (1988), o aforamento dos lotes e bairros para a população de baixa renda atenuava as invasões e ocupações de áreas livres do centro da cidade, no interior do traçado original.

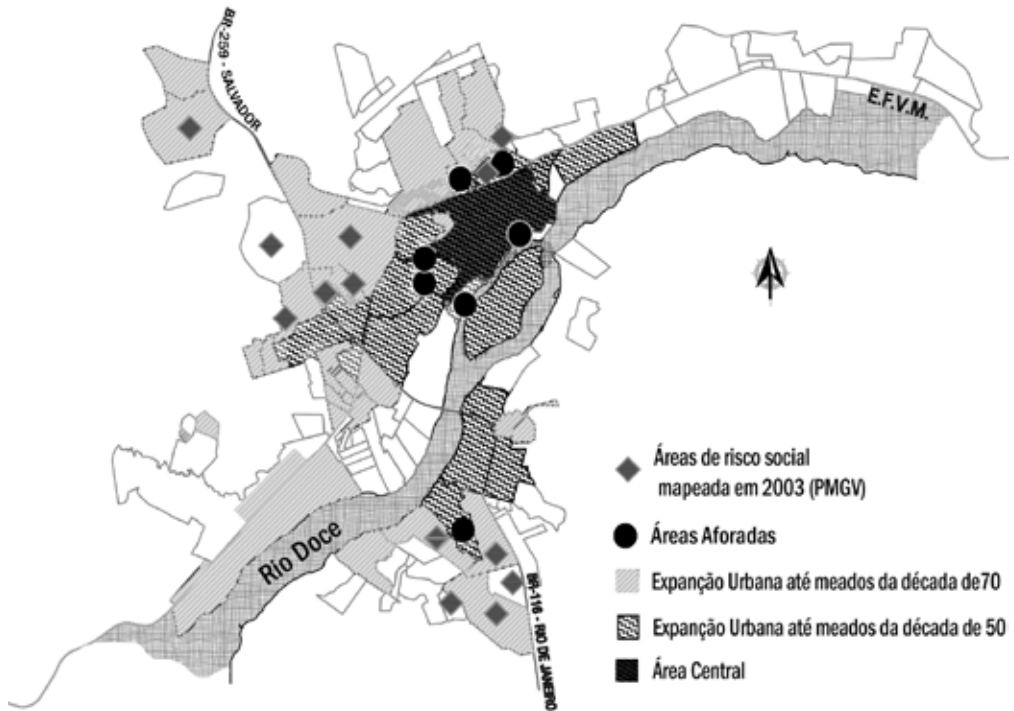


FIGURA 4 - Mapa da expansão da ocupação em Governador Valadares.
 Fonte: Dados da pesquisa.

198

Esses bairros novos foram criados nas adjacências da área central, conformando um cinturão em torno desta, exceto na direção leste (FIG. 4). Essa área, ao leste, conhecida como Pasto dos Cabral, deu origem ao Esplanada, bairro nobre que acompanha o traçado regular da cidade, além dos outros padrões da área central.

Em relação aos outros bairros, a situação era diferente. As fotografias da década de 1950 mostram sensíveis diferenças entre o progresso na área central e a realidade desses bairros (FIG. 5). Dados do SAAE (2007) reafirmam tal precariedade: em 1960, o número de ligações (dos domicílios à rede de abastecimento de água) era de 5.780, correspondendo a um contingente de 30.000 habitantes. Sabe-se que a população era de 70.494 habitantes nessa época (ESPÍNDOLA, 1999). Cerca da metade estava, então, desprovida desse serviço básico. Outras fontes indicam que, na década de 1960, avançando nos

anos 1970, inicia-se o processo de expansão da rede de abastecimento de água aos bairros (SOARES, 1983). Concluímos que os domicílios sem o serviço de água estavam concentrados nos bairros. Não por coincidência, retornando à FIG. 1, a porção oeste, principalmente as proximidades do Córrego Figueirinha (em destaque na FIG. 5), tem como ocupação predominante casas de classe operária e pobre (STRAUCH, 1958).



FIGURA 5 - Vista parcial de Governador Valadares, com as proximidades do Córrego Figueirinha em primeiro plano, década de 1950. Fonte: Arquivos do Cedac/Univale.

Dois aspectos referentes às condições de habitabilidade dos bairros aforados merecem destaque: a posição geográfica em relação ao Rio Doce e a topografia. O bairro Santa Terezinha e o bairro São Tarcísio, dois dos sete bairros aforados pelo prefeito Raimundo Albergaria, encontram-se em áreas inundáveis. Outros dois, os bairros Nossa Senhora das Graças e Alto do Carapina, limítrofes, possuem topografia muito acidentada, principalmente se confrontados com a planície da área central, conformada como um terraço do Rio Doce (FIG. 6).



FIGURA 6 - Vista parcial de Governador Valadares, com o Morro do Carapina em primeiro plano e o Rio Doce ao fundo, década de 1950.
Fonte: Arquivos do Cedac/Univale.

200

O Morro do Carapina, atualmente, compõe a lista dos principais bolsões de pobreza da cidade, mapeados recentemente (PMGV, 2003). Contabiliza uma população de 2.784 habitantes, em 16,65 hectares, o que resulta em uma densidade de 167,21 hab/ha.

Nessa época, a linha férrea foi transposta para o local que ocupa hoje: paralela à Rua Sete de Setembro, limite da área ainda hoje considerada central (FIG. 4 e 6). A mudança da linha férrea simbolizava, mais uma vez, o progresso e o desenvolvimento citadinos. Antes, sua existência dificultava a integração do primeiro núcleo central, sede da vida em Figueira, ao *ensanche* valadarense. Agora, a área central estava livre dessa barreira e pronta para realizar a expansão prometida pela modernidade e pelo progresso. Contudo, como mostra a FIG. 4, a ferrovia ainda hoje é uma forte barreira citadina, deixando bairros, como

o Carapina, segregados de áreas nobres como o bairro Esplanada e o Centro.

A modernidade não se completa: os anos 1960 e 1970

A transição da década de 1950 a 1960 coincidiu com o esgotamento das atividades extrativistas. Várias serrarias e indústrias de madeira foram fechadas. A pecuária não foi suficiente para absorver a mão-de-obra liberada pelas atividades produtivas ligadas ao extrativismo vegetal. Os anos seguintes são marcados pela estagnação econômica, que se intensifica na década de 1980.

As mudanças das atividades econômicas principais carregaram consigo, além do custo ambiental, um alto custo social. A extração da madeira implicava um mecanismo perverso: após a derrubada da mata, a empresa madeireira transformava a área em pasto. O solo em breve erodia e raramente servia a algum tipo de cultura, mas tornava-se altamente lucrativo para a pecuária, devido à existência do capim colonião, praticamente nativo e excelente pastagem. A mudança da pequena agricultura para a pecuária extensiva de corte trouxe conflitos sociais, vinculados à posse da terra.⁷ A fuga de pessoas do campo para a cidade, em busca de novas oportunidades, acarretou problemas para a cidade, que não conseguiu absorver a população recém-chegada. Após a inauguração da rodovia Rio-Bahia, na década de 1950, o fenômeno se tornara mais agudo, pois Governador Valadares passou a funcionar como “corredor migratório”, além de atrair os imigrantes do campo, no próprio Rio Doce.

Entre o final da década de 1950 e o início da década de 1970, o panorama da cidade modificou-se bastante (FIG. 4). Bairros nobres, como a Ilha dos Araújo e o Esplanada, aparecem. Simultaneamente, um segundo “cinturão” se forma, além dos bairros “aforados” na década de 1950, originário de loteamentos realizados pelo mercado imobiliário, com grande expressão entre 1960 e 1970. Entre 1955 e 1972, em torno de 40 novos loteamentos tiveram como premissa o mercado imobiliário, ignorando qualquer planejamento urbano, ou mesmo a incipiente legislação urbana, segundo o diagnóstico

⁷ Sobre os conflitos de terra, ver Borges, 1988.

realizado pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PMGV, 1972):

Ocorre a venda de loteamentos sem a necessária aprovação pela prefeitura, criando-se situações de fato que burlam os códigos e regulamentações administrativas. Por vezes parcelas dos loteamentos são vendidas a terceiros que as subdividem por conta própria numa infinidade de lotes e sobras de lotes. A não obediência às exigências oficiais, principalmente no que diz respeito às áreas dos lotes, áreas públicas e verdes, e a implantação de infra-estrutura (meio-fio, água, esgoto e energia) é justificada pelo sistema imobiliário “pelo alto preço unitário do lote que resulta, o que deixaria as camadas de baixa renda marginalizadas e não atendidas pelo processo”. Resulta que 99% dos loteamentos oferecidos são vendidos como chão. O que se busca, na verdade, sob o manto protetor do sistema imobiliário, é a alta rentabilidade do loteamento.

Longe de se caracterizar como boa alternativa à demanda habitacional, resquício da década anterior, essa explosão de loteamentos, determinados apenas pelo lucro da especulação imobiliária, resultou numa significativa extensão em área, pouquíssimo adensamento e precárias condições de habitabilidade, essa última entendida como serviços, infra-estrutura e qualidade do ambiente urbano. Os moradores dos novos bairros, imersos em condições de baixa renda, desemprego e subemprego,⁸ não conseguiram, posteriormente, arcar com os custos da infra-estrutura e serviços faltantes, que também não foram assumidos pela prefeitura, consolidando um quadro de carências, resumido nos parágrafos seguintes.

Os diversos loteamentos não seguiram os padrões da área central. Dessa foi “copiada” apenas a planta em grelha, com algumas adaptações, pelas incomparáveis facilidades comerciais. Outros valores, mais dispendiosos, como as avenidas e ruas largas e arborizadas, as praças, as áreas verdes e

⁸ Segundo o Plano Local de Desenvolvimento Integrado, “constatou-se que nesses bairros periféricos existem grandes contingentes populacionais desempregados e/ou sobrevivendo de ocupações periódicas e de baixa remuneração. O precedente se deve à carência de fontes absorvedoras de mão-de-obra, que contribui para a elevação do exército ocupacional de reserva do município. De acordo com levantamentos realizados, constatou-se a existência de 38.220 pessoas efetivamente ocupadas. Como existem 81.815 pessoas aptas a trabalhar, carecem de ocupação 43.595 (53,28%) destas”.

institucionais, foram esquecidos. A prioridade concedida à rentabilidade fez com que os loteamentos se caracterizassem pelo máximo de aproveitamento da área a ser loteada. Em relação à infra-estrutura, a situação não era melhor. No início da década de 1970, a pavimentação concentrava-se na região central, no Bairro de Lourdes e parte da Ilha dos Araújo. Nas outras áreas ainda predominavam ruas de terra, trazendo como inconvenientes a deterioração dos edifícios, poeira, sujeira, lama, desgaste de veículos e coleta de entulhos das ruas, depreciação da cidade. Curiosamente, esse quadro lembra, em muito, os velhos tempos de Figueira, quando os sobretudos e os “espanadores de pó eram utensílios indispensáveis à limpeza permanente (...). A poeira que vigorava na seca, era nas águas o martírio da lama” (FONSECA, 198-[?], p. 45).

O cenário é conhecido: falta de infra-estrutura básica, como água, esgotamento sanitário, energia, precariedade de serviços como coleta de lixo e transporte público, inexistência de áreas de lazer, institucionais, verdes e afins. Algumas observações sugerem reflexões importantes. Mesmo em áreas atendidas pela rede de abastecimento de água, não há ligações para a totalidade dos domicílios, dada a baixa renda da população, impossibilitada de arcar com os custos da ligação da água ou mesmo do consumo mensal. Situação semelhante acontece com o fornecimento de energia elétrica. Dos 22.821 domicílios existentes na área urbana, apenas 60% são servidos por energia elétrica. Isso não acontece por falta de capacidade técnica, mas por impossibilidade econômica da população para investir nas obras de ligação ou no pagamento das taxas mensais. Em ambos os casos, abastecimento de água ou fornecimento de energia elétrica, o acesso aos bens de uso coletivo ultrapassa a capacidade técnica e/ou existência de infra-estrutura. A barreira ao acesso é econômica e refere-se ao modo como se distribuem riquezas e oportunidades sociais.

A impossibilidade de acesso é extensiva às deficiências quanto à qualidade do ambiente, tanto na escala urbana, como na habitacional. A inadequação e precariedade do esgotamento sanitário trazem conseqüências nefastas à população. Os problemas são bem ilustrados pelo uso, comum em vários domicílios, de redes clandestinas ligadas diretamente ao Rio Doce ou

ao Córrego Figueirinha. Configura-se uma situação de insalubridade para as áreas marginais, pois esses cursos d'água tornam-se foco de transmissão de doenças endêmicas de origem hídrica. Essa situação é no mínimo paradoxal, se lembrarmos da história da presença do Sesp em Governador Valadares, motivada justamente pelas doenças endêmicas disseminadas pelas más condições de saneamento, ainda na década de 1940.

Assim, as condições que acompanharam, ou mesmo antecederam, a ocupação da área central da cidade não foram estendidas ao resto da área urbana. As diferenças tornam-se mais visíveis à medida que aumenta a distância em relação à área central ou há o encontro com algum tipo de enclave, como topografia acidentada, linha férrea, córregos e canais a céu aberto. A essa estratificação da qualidade do ambiente urbano corresponde uma estratificação social.

As discontinuidades, como o Córrego Figueirinha e a linha da EFVM, polarizam a população de baixa renda, conformando zonas bem definidas, com predominância da sub-habitação e uma marginalização crescente em relação ao processo urbano. Outras situações consolidam essas características, como a topografia muito acidentada dos bairros Carapina e Altinópolis, a distância significativa do bairro Jardim do Trevo ao centro urbano e as dimensões dos lotes no Santa Terezinha, bairro totalmente aforado, com lotes de, em média, 70 m² e ocupação unitária de 30 m².

204 Os dados apresentados acima, a partir do Diagnóstico do Plano Local Integrado, confirmam índices do IBGE, e ainda, do BDMG,⁹ todos indicando um descompasso entre a demanda por moradia e os serviços coletivos urbanos, de um lado, e a sua oferta, de outro. Como visto, essa relação também não

⁹ Segundo considerações do BDMG (19-[?]), algumas cidades, entre as quais Governador Valadares, alcançaram desenvolvimento muito rápido, seguido de grande aumento do contingente populacional, sem que esse processo fosse complementado por suficiente infra-estrutura. Confirma essa consideração o índice elaborado pelo IBGE (1977, p. 580) para verificar a relação entre crescimento demográfico e infra-estrutura urbana. Na análise realizada, Governador Valadares apresenta-se como foco de atração demográfica, mas com infra-estrutura deficiente. Essa última é definida pelas taxas de prédios servidos com água e ligações elétricas, mas também pelo número de telefones e automóveis por habitantes, comparados aos padrões regionais.

era equilibrada nas décadas de 1940 e 1950, tendendo sempre a uma grande deficiência dos serviços. Não se trata apenas de um descompasso entre demanda e oferta, mas sobretudo de um descompasso entre as possibilidades de acesso e a oferta. A falta não deriva da impossibilidade de oferta, mas da impossibilidade econômica de consumo e acesso.

Se o processo modernizador, de um lado, teve seus aspectos positivos, de outro conformou-se como incompleto, em analogia à idéia de urbanização incompleta.

Considerações finais

A incompletude da modernidade significa, aqui, a não extensão de serviços básicos, informação, tecnologia, ciência, acesso ao lazer, transporte etc. a toda a população urbana, o que remete às idéias de Milton Santos sobre a existência de zonas luminosas e zonas opacas e as diversas situações intermediárias entre elas.

A equidade permanece como a grande questão subjacente ao sonho de modernidade que não se completa. A modernidade e a racionalidade técnica foram saudadas como promessas para a solução dos problemas, enquanto as cidades foram vistas como sinônimo de melhoria de vida. Foram estabelecidos vínculos entre as inovações técnicas e científicas e o fim dos problemas sociais e econômicos. Em outras palavras, acreditava-se que o domínio da técnica traria consigo o fim das carências, em vários aspectos.

A idéia mitificada de modernidade, suportada em termos de uma evolução natural, excluía a reflexão sobre a distinção de classes e suas relações antagonicas. Assim, excluía também as desigualdades de oportunidades sociais e econômicas e os efeitos disso sobre as regras do mercado, enquanto presumia-se que, em um futuro modernizado, essas diferenças desapareceriam naturalmente. Daí as imagens do “Brasil, país do futuro” ou de Governador Valadares, “terra da promessa”. Mas a história mostrou que o futuro, para determinada parcela da população, a maioria, no caso de Governador Valadares, está mais distante do que para uma minoria privilegiada. A questão de fundo, o outro lado da equidade, é reconhecer que as oportunidades diferem, assim como

as possibilidades de acesso aos bens de consumo advindos com a modernidade, entre eles o lote urbano, a casa própria, sua infra-estrutura e localização.

As dificuldades estão vinculadas às formas de organização econômica e aos modelos de desenvolvimento existentes. Não se tem a pretensão de tratar questões de tanta complexidade, os objetivos aqui são bem mais modestos: trata-se somente de pensar os rebatimentos desses modelos no planejamento urbano.¹⁰

No âmbito do planejamento urbano, o ideal do progresso, seja nos seus primórdios, vinculado ao higienismo e ao positivismo, seja associado ao ideal desenvolvimentista, não nos parece suficiente para prover uma cidade socialmente justa. No primeiro caso, cuja referência maior são as reformas de Haussmann, o que qualifica a cidade é o próprio traçado urbano ideal e funcional. No segundo, a idéia fundadora é que a modernização, acompanhada do desenvolvimento econômico, traria por si a redução das desigualdades sociais e a conseqüente integração dos segmentos marginalizados. A história mostrou o contrário: o ingresso do Brasil na modernidade não reduziu as disparidades sociais; a urbanização brasileira, ironicamente, agravou esse quadro. Considerando as limitações intrínsecas ao planejamento urbano,¹¹ a modernização em Governador Valadares não representou uma exceção na história das cidades brasileiras. Com o processo de modernização incompleta que caracteriza as décadas de 1940-1960, Governador Valadares assumiu os traços da maioria das nossas cidades. Destacam-se, segundo Schvasberg (2003), um alto grau de concentração espacial dos serviços, equipamentos e infra-estrutura pública; alta concentração de renda em bairros bem equipados; ocupação irregular do solo urbano; deslocamento da população de baixa

¹⁰ No caso de Governador Valadares, consideramos como planejamento urbano não apenas os planos formais, mas também a opção da prefeitura de não intervir no processo de loteamento das glebas rurais, deixando que o mercado absorvesse as necessidades – reais ou ilusórias – de uma cidade que cresce.

¹¹ Não se pretende creditar todos os problemas atuais de Governador Valadares às opções de planejamento urbano – ou à falta desse, em certo momento – que acompanharam o seu desenvolvimento. Contudo, questões estruturais subsistem ao longo da história da cidade e, infelizmente, não são novidade no cenário brasileiro.

renda para áreas mais distantes do centro da cidade e desprovidas de urbanização ou para áreas insalubres, como as encostas de morro; declínio das finanças municipais e da capacidade de intervenção do Estado na cidade; deficiência do transporte coletivo público e acelerado crescimento da violência urbana, entre outros.

Fica a constatação de que muitas das atuais áreas de concentração da pobreza, em Governador Valadares, são coincidentes, de uma parte, com alguns dos bairros originários dos processos de aforamento da década de 1950, e de outra, com vários dos loteamentos realizados pelo mercado imobiliário, entre 1960 e 1970 (ver FIG. 4). Atualmente, reúnem aproximadamente 34.383 habitantes, distribuídos em 9.235 domicílios (PMGV, 2003). Uma síntese das suas condições de ocupação pode ser vista na FIG. 7.



FIGURA 7 - Vista do Morro do Carapina, 2003.
Fonte: Cristiano Tavares.

Referências

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. **A formação da cidade**. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG; IAB-MG, 1998.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: Edusc, 2000.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Diagnóstico da economia mineira: população e infra-estrutura**. Belo Horizonte: BDMG, 1967.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopias: movimentos sociais rurais em Minas Gerais**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARNEIRO, Juno Alexandre. **Representações do urbano em Governador Valadares**. Governador Valadares: editora ou instituição, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG; IAB-MG, 1998.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Associação Comercial de Governador Valadares: sessenta anos de história**. Governador Valadares: ACGV, 1999.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.

FONSECA, José Raymundo. **Figueira do Rio Doce**. Governador Valadares: editora ou instituição, [198-?].

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros de 1959**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: Região Sudeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. **Dados urbanísticos de Governador Valadares**. Governador Valadares: Prefeitura Municipal, 2003.

GOVERNADOR VALADARES. Prefeitura Municipal. **Plano de desenvolvimento local integrado do município de Governador Valadares**. Governador Valadares: Prefeitura Municipal, 1972.

GOVERNADOR VALADARES. **Serviço autônomo de água e esgoto. Histórico.** Disponível em: <http://www2.saaegoval.com.br/geral.asp?id_categoria=1>. Acesso em 2 jan. 2007.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895/1965.** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SCHVASBERG, Benny. **Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil.** In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

SIMAN, Lara Mara Castro. **A história na memória: uma contribuição para o ensino da história de cidades.** 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno.** 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOARES, Ruth. **Memórias de uma cidade.** Governador Valadares: editora ou instituição, 1983.

STRAUCH, Ney. **Zona metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

Endereço para correspondência
Cristiana Maria de Oliveira Guimarães
Rua Tomé de Vasconcelos, 140-A - Bairro Água Limpa
35400-000 - Ouro Preto - Minas Gerais
e-mail: cristianamog@hotmail.com